

Finanças têm de estimar de que forma é que a travagem brusca da economia irá afectar as contas públicas em 2020



NUNO FERREIRA SANTOS

líquido já tinha aumentado 8270 milhões. Desde aí, já foi realizada uma nova emissão de obrigações do tesouro (OT) no valor de 1758 milhões, tendo sido emitidos bilhetes do tesouro (BT) no valor de 2056 milhões de euros, com amortizações de 2488 milhões de euros, o que terá colocado o aumento do endividamento líquido em cerca de 9600 milhões de euros no final de Maio.

Por fim, para amanhã, o IGCP tem agendado um leilão de OT com um montante situado entre 1250 e 1500 milhões de euros, provavelmente levando a uma ultrapassagem do limite de 10 mil milhões autorizado pelo OE.

Essa ultrapassagem será apenas temporária, porque a 15 de Junho o Estado irá reembolsar 8000 milhões de euros de uma emissão de OT que chega ao fim do seu prazo, reduzindo assim o valor do seu endividamento líquido. De qualquer forma,

para o que resta do ano, o executivo irá usar a alteração orçamental para pedir à Assembleia da República para se endividar mais, evitando que o novo limite seja superado no final do ano.

No OE a que o executivo chama “suplementar”, também terão de ser alterados de forma muito substancial os tectos de despesa que ficam definidos, seja para a administração pública como um todo, seja para cada ministério, cada serviço ou cada organismo público. Alguns ministérios (como o da Saúde) ou serviços foram chamados a gastar mais do que estava previsto e em vários organismos as receitas próprias que tinham previstas (por exemplo, com taxas de utilização) podem vir a ser muito mais baixas, forçando o Estado a encontrar financiamento para as suas despesas.

sergio.anibal@publico.pt



É preciso tornar atractivo trabalhar no Estado

Helena Rodrigues
Presidente do STE



Meta do teletrabalho na função pública abrange 17 mil pessoas

Pedro Crisóstomo

Acautelar a privacidade, fiscalizar horários e garantir o “direito a desligar” são as principais preocupações

O Governo traçou como meta ter em teletrabalho, até 2023, pelo menos 25% dos trabalhadores da administração pública que desempenham funções compatíveis com esta modalidade laboral. Na prática, significa permitir o trabalho à distância, de forma permanente, a cerca de 17 mil funcionários.

Ainda neste mês de Junho, o Governo e os sindicatos da administração pública começam a discutir se será necessário regular de forma específica esta modalidade para dar resposta a um conjunto de preocupações comuns, desde o direito à privacidade à fiscalização dos horários.

A ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, Alexandra Leitão, explicou ao PÚBLICO que o objectivo de ter aquela percentagem de funcionários públicos em teletrabalho foi pensada a partir do total de trabalhadores das carreiras gerais que, pela natureza da sua actividade, estiverem nesta modalidade durante o período de confinamento.

Ao todo, foram 68 mil. “O número para o qual apontamos na legislação é de cerca de 25%, podendo haver outros [trabalhadores] sectoriais que também se juntem”, afirma Alexandra Leitão.

Não é um número a régua e esquadro, e, desde logo, não significa que todos os serviços venham a ter um quarto dos funcionários a trabalhar em casa ou em espaços de *coworking* (uma das ideias lançadas pelo Governo no Programa de Estabilização Económica e Social, que foi apresentado na semana passada). Haverá uns serviços com mais trabalhadores em teletrabalho do que outros,

“em função das ponderações” necessárias para o bom funcionamento dos serviços públicos, diz a ministra.

Nem tudo está fechado – até porque agora é que o tema começará a ser discutido de forma mais pormenorizada. A partir do fim de Junho haverá mesas negociais com as três frentes de sindicatos para avaliar se é necessário regular esta modalidade “mais pormenorizadamente”, sem prejuízo da aplicação das regras no Código do Trabalho que, sublinha a ministra Alexandra Leitão, são supletivamente aplicáveis aos trabalhadores da administração pública.

Trabalho em equipa

Para o secretário-geral da Federação de Sindicatos da Administração Pública (Fesap), José Abraão, é essencial garantir o direito à privacidade e o “direito a desligar” – e, por isso, diz, importa discutir os “mecanismos de controlo e de regularização do tempo de trabalho”. Um ponto de consonância com o Governo, que sublinha a necessidade de acautelar a privacidade, os horários e a protecção do “direito a desligar”.

Mas há outros dois pontos que,

para o Governo, devem ser acautelados: o cumprimento dos objectivos e a discussão sobre como fomentar o trabalho em equipa, que, lembra Alexandra Leitão, “não pode sair prejudicado da circunstância de as pessoas estarem a trabalhar separadamente do ponto de vista físico” – embora, diga, hoje seja possível recorrer aos meios telemáticos.

Do lado da Fesap, o dirigente José Abraão espera também abertura do Governo para discutir o facto de, em teletrabalho, as pessoas poderem ter “custos acrescidos na energia, na água e num conjunto de outros consumos”.

Em paralelo com esta mesa negociada começará a ser trabalhada a simplificação do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (Siadap), com o objectivo de passar a ser anualizado (em vez de se organizar num ciclo de dois anos). É uma matéria de “grande complexidade”, que, sublinha a ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, levará “seguramente” mais tempo até estar terminada.

Sindicatos criticam “1 por 1”

Na reunião de ontem, outro tópico trazido à mesa para discussão foi a entrada na administração pública de um trabalhador por cada um que se aposenta. Um rácio que não satisfaz as estruturas sindicais.

Citado pela Lusa, o coordenador da Frente Comum, Sebastião Santana, considerou esse objectivo “manifestamente insuficiente” por haver “serviços perfeitamente depauperados”.

Da mesma forma, Helena Rodrigues, presidente do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE) alertou para a circunstância de a renovação de quadros só acontecer se as remunerações forem mais atractivas, “sob pena de não conseguirmos captar os jovens mais qualificados”.



Alexandra Leitão

pedro.crisostomo@publico.pt